SECTEC
Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - Goiás

SSP
Secretaria de Estado da Segurança Pública - Goiás

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Desenvolvimento com Responsabilidade

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

Domingo, 30 de novembro de 2008

1ª Etapa

CADERNO DE PROVAS

Instruções

1 . Este caderno de provas é composto de **50 (cinqüenta) questões objetivas** e **01 (uma) questão discursiva**, conforme itens 93 e 102 do Edital. Confira-o todo e solicite sua substituição, caso apresente falha de impressão ou esteja incompleto.

2 . Leia cuidadosamente o que está proposto nas provas.

3 . As respostas da prova objetiva deverão ser transcritas com caneta esferográfica de corpo transparente e tinta **preta** no cartão-resposta, de acordo com as instruções previstas no item 95 do Edital.

4 . Se desejar, utilize a folha intermediária de respostas, na página 15, para registrar as alternativas escolhidas.

5 . A resposta da prova discursiva deverá ser manuscrita no caderno de resposta, em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e tinta **preta**, conforme item 103 do Edital.

6 . O candidato poderá utilizar o espaço de rascunho deste caderno de provas antes de transcrever a resposta definitiva para o caderno de resposta da prova discursiva.

7 . Durante a prova, o candidato não poderá levantar-se sem autorização prévia ou comunicar-se com outros candidatos.

8 . Os fiscais **NÃO** estão autorizados a fornecer informações acerca destas provas.

A

Identificação do candidato

Leia o texto a seguir para responder às questões de **1** a **10**.

UM PAÍS EM ETERNA REFORMA

Não conseguimos fazer a reforma tributária. Cada um de nossos governantes fica disputando seu quinhão de imposto, e é difícil para eles entender que a sociedade precisa simplesmente pagar menos imposto – e que esse deveria ser o primeiro objetivo de qualquer mudança na lei.

Não conseguimos fazer a reforma da Previdência. A população envelhece, nosso sistema de arrecadação está flagrantemente desequilibrado, aqueles que gozam de privilégios se recusam a perdê-los – e ignoramos cegamente o tique-taque da bomba inevitável que explodirá no colo das futuras gerações.

Não conseguimos fazer a reforma trabalhista. Os empresários têm de pagar dois salários para cada funcionário (um deles vai sem escalas para os cofres do governo), as lideranças sindicais preferem proteger os já empregados a gerar mais empregos – e a nossa legislação só empurra mais e mais gente para trabalhar na ilegalidade.

Não conseguimos nem fazer direito a reforma do banheiro ou da cozinha da casa. Mas não desanime. Neste nosso país em reforma eterna, vem aí uma reforma que parece ter dado certo: a reforma ortográfica. Se você, como eu, conhece as leis da ortografia, foi educado para escrever segundo as regras do bom português e está acostumado aos desvãos do trema, às armadilhas da cedilha e aos impenetráveis meandros do hífen, prepare-se. Estamos perdidos. Tudo vai mudar.

Os gramáticos de todos os países que falam português reuniram-se e, depois de anos de uma discussão profunda, conseguiram propor um acordo para harmonizar a ortografia nossa de cada dia.

Parece que o trema vai para o espaço – logo o trema, o tão simpático trema, sinal de distinção e elegância de nosso amado idioma. Sentiremos saudades dele. Parece também que "vôo" vai perder o acento, "antiinflamatório" vai ganhar o hífen que "pára-quedas" vai perder. E, acredite, há razões para isso. Parece, enfim, que palavras usadas a todo instante – como "pára" ou "idéia" – mudarão para sempre. A coisa só começa a valer daqui a mais de um ano, mas já fiquei assustado. As mudanças serão pequenas. Algo como 1% das palavras terão nova ortografia. Mas é o bastante para deixar transtornados todos aqueles obcecados por uma ortografia correta.

O Congresso não criará obstáculo para essa reforma tão necessária e, tenha certeza, o presidente Lula – sempre tão cioso no emprego do idioma – não tardará a sancioná-la. Com tanta dificuldade para aprovar outras reformas menos urgentes, esse será talvez o maior legado deste governo para a posteridade. Deixará uma marca profunda na vida de todos os brasileiros, sobretudo na daqueles que, como nós, jornalistas, vivem da palavra.

GUROVITZ, Helio. Um país em eterna reforma. *Época.* São Paulo, n. 537, 1º set. 2008. p. 10.

QUESTÃO 1

A alternativa que melhor resume a idéia central do texto é:

a) há um esforço em aprovar a reforma ortográfica, considerada ironicamente menos necessária pelo autor, em detrimento de outras mais urgentes, como a tributária, a previdenciária e a trabalhista.
b) a reforma ortográfica tem um caráter positivo, visto que deixará uma marca profunda na vida de todos os brasileiros, especialmente daqueles que trabalham com a escrita.
c) o esforço das autoridades em aprovar tantas reformas é inútil, já que a sociedade precisa simplesmente pagar menos impostos e ter mais oportunidades de emprego.
d) as reformas tributária, previdenciária, trabalhista e ortográfica são consideradas importantes para o Brasil, já que todas exercerão grande impacto na sociedade.

QUESTÃO 2

As expressões "tique-taque da bomba" (linha 6), "colo das futuras gerações" (linha 6), "a legislação empurra mais e mais gente" (linha 9), "armadilhas da cedilha" (linha 14) são usadas, no texto, em sentido

a) metonímico.
b) eufemístico.
c) hiperbólico.
d) metafórico.

QUESTÃO 3

Sobre a composição formal do texto, é CORRETO afirmar que ele apresenta

a) estrutura clássica – introdução, desenvolvimento, conclusão –, de forma que a idéia central é apresentada dedutivamente já no primeiro parágrafo.
b) estrutura paralela nos três primeiros parágrafos e, a partir do 4°, a estruturação centra-se na unidade temática que será desenvolvida.
c) estruturação heterogênea de parágrafos, já que cada um deles se desenvolve argumentativamente em direções temáticas diversas.
d) estruturação ambígüa, uma vez que as unidades temáticas e argumentativas apontam para mais de um referente textual.

QUESTÃO 4

Com relação ao vocabulário usado no texto, é CORRETO afirmar:

a) a palavra "tudo" (linha 15) é um quantificador generalizante e está empregado em sentido pleonástico.
b) a palavra "cioso" (linha 26) poderia ser substituída por "zeloso", mas a sentença perderia seu tom irônico.
c) a expressão "ortografia nossa de cada dia" (linha 17) estabelece uma relação intertextual com uma usual expressão de nossa cultura.
d) a expressão "desvãos do trema" (linha 14) tem correspondência semântica com "armadilhas da cedilha" (linha 14) e sentido pleonástico.

QUESTÃO 5

Considerando os itens lingüísticos "e" (linha 5), "mas" (linha 11), "se" (linha 12), sublinhados no texto, é CORRETO afirmar que, nos períodos em que ocorrem, pertencem

a) a classes gramaticais diferentes, embora apontem a mesma relação semântica.
b) à mesma classe gramatical, embora apontem relações semânticas diferentes.
c) a classes gramaticais diferentes e apontam relações semânticas diferentes.
d) à mesma classe gramatical e apontam a mesma relação semântica.

QUESTÃO 6

Observe os seguintes trechos do texto:

(1) "é difícil para eles entender <u>que</u> a sociedade precisa simplesmente pagar menos imposto." (linha 2)
(2) "aqueles <u>que</u> gozam de privilégios se recusam a perdê-los." (linha 5)
(3) "vem aí uma reforma <u>que</u> parece ter dado certo." (linha 12)

Em relação ao comportamento morfossintático e semântico da palavra "que", é CORRETO afirmar que ela indica

a) complementação verbal em (1) e idéia de explicação em (2) e (3).
b) idéia de explicação em (1) e (3) e complementação verbal em (2).
c) complementação verbal em (1) e idéia de restrição em (2) e (3).
d) idéia de restrição em (1) e (2) e complementação verbal em (3).

QUESTÃO 7

O operador "nem", presente na linha 11, introduz

a) o argumento mais forte de uma seqüência argumentativa crescente.
b) o argumento mais fraco de uma seqüência argumentativa crescente.
c) um argumento inconsistente em relação aos demais apresentados no texto.
d) um argumento que refuta os demais apresentados no texto.

QUESTÃO 8

A interlocução é estabelecida, no texto, principalmente pelo uso das formas verbais e pronominais:

a) "parece" (linha 18), "vivem" (linha 28) e "eu" (linha 13).
b) "desanime" (linha 11), "parece" (linha 18) e "nossos" (linha 1).
c) "desanime" (linha 11), "acredite" (linha 20) e "você" (linha 13).
d) "acredite" (linha 20), "vivem" (linha 28) e "eles" (linha 2).

QUESTÃO 9

Leia os excertos abaixo.

(1) "vem aí uma reforma que parece ter dado certo." (linha 12)
(2) "os empresários têm de pagar dois salários para cada funcionário." (linha 7)

As expressões destacadas nos trechos indicam, respectivamente,

a) obrigatoriedade e possibilidade.
b) necessidade e certeza.
c) incerteza e possibilidade.
d) incerteza e obrigatoriedade.

QUESTÃO 10

Leia o fragmento que segue.

"Não conseguimos fazer a reforma da Previdência. A população envelhece, nosso sistema de arrecadação está flagrantemente desequilibrado, aqueles que gozam de privilégios se recusam a perdê-los – e ignoramos cegamente o tique-taque da bomba inevitável que explodirá no colo das futuras gerações." (linhas 4-6)

O trecho destacado, em relação ao primeiro período, constitui

a) causa.
b) oposição.
c) conseqüência.
d) exemplificação.

QUESTÃO 11

No dia 13 de maio de 1888, o Governo Imperial assinou a Lei Áurea, acabando oficialmente com a escravidão no Brasil. Para Goiás, o fim da escravidão negra gerou

a) o descontentamento entre a elite política, uma vez que, por ser um local bastante afastado do litoral, inexistia um movimento abolicionista em Goiás.
b) novos regimes de trabalho no campo, mas que mantiveram a violência e a desproporcionalidade de direitos entre o empregado e o patrão.
c) a substituição da mão-de-obra negra pela indígena, utilizada tanto nas minas como na agricultura e na pecuária.
d) uma estagnação econômica, já que os escravos eram a principal mão-de-obra utilizada na exploração aurífera.

QUESTÃO 12

Durante praticamente todo o século XIX, a navegação dos rios Araguaia e Tocantins foi vista pelos administradores públicos como uma das mais eficazes medidas para propiciar a integração socioeconômica de Goiás com as demais regiões brasileiras. Viabilizada por Couto de Magalhães na década de 1870, a navegação desses rios representou para Goiás

a) a integração efetiva entre as partes sul e norte da Província, equalizando as disparidades econômicas e demográficas entre as duas regiões.
b) uma via de transporte de baixo custo, já que a elevada profundidade e a ausência de cachoeiras permitem a navegabilidade constante o ano inteiro.
c) um modesto desenvolvimento comercial, já que as trocas comerciais de Goiás eram maiores com a região Sudeste do país.
d) trocas comerciais intensas com o Pará, tornando esta região o principal parceiro comercial de Goiás.

QUESTÃO 13

Uma das funções primordiais do Estado moderno é dispor de uma força policial eficiente para garantir a paz interna entre os cidadãos. No entanto, em grande parte da história de Goiás, predominou a privatização das funções de polícia, EXCETO no caso dos

a) coronéis da Guarda Nacional, responsáveis, dentre outras coisas, pela preservação da ordem e pela guarda dos prédios públicos.
b) sertanistas, responsáveis por combater as tribos indígenas que faziam guerra contínua aos colonizadores.
c) capitães-do-mato, responsáveis pela apreensão de escravos fugitivos e pela destruição de quilombos.
d) Dragões, responsáveis principalmente por vigiar as minas de diamante e impedir o contrabando de ouro.

QUESTÃO 14

A Revolução de 1930 pode ser analisada pela visão modernizadora que apresentava, em termos da Administração Pública no Brasil, críticas ao modelo oligárquico, até então vigente. Em Goiás, a revolução teve seus representantes, que assumiram o comando do Estado em nome de tal modernização. Desde então, vários acontecimentos promoveram mudanças na administração política de Goiás, de 1930 até os dias atuais. Pode-se assim identificar, respectivamente, os seguintes grupos políticos, no comando do governo do Estado nesse período:

a) ludoviquismo, irismo, governos militares e marconismo.
b) ludoviquismo, governos militares, irismo e marconismo.
c) governos militares, ludoviquismo, irismo e marconismo.
d) governos militares, ludoviquismo, marconismo e irismo.

QUESTÃO 15

Crescimento demográfico nas cidades do Entorno de Brasília entre os anos de 2000 e 2007

Cidade	2000	2007	Variação %	Taxa geométrica
Águas Lindas	105.746	131.884	24,72	3,21 %
Cidade Ocidental	40.377	48.589	20,34	2,68 %
Luziânia	141.082	196.046	38,96	4,81 %
Novo Gama	74.380	83.599	12,39	1,68 %
Santo Antônio do Descoberto	51.897	55.621	7,18	0,99 %
Valparaíso	94.856	114.450	20,66	2,72 %
GOIÁS.....	5.003.228	5.647.035	12,87	1,74 %

RENDA: salário por domicílio nas cidades do Entorno de Brasília no ano de 2000

Cidade	Até 3 salários	3 a 10 salários	10 a 30 salários	Sem renda
Águas Lindas	63,2 %	23,3 %	1,5 %	11,7 %
Cidade Ocidental	44,8 %	37,5 %	6,8 %	10,0 %
Luziânia	58,6 %	25,5 %	3,5 %	12,1 %
Santo Antônio do Descoberto	61,4 %	20,0 %	1,8 %	16,3%
Novo Gama	58,0 %	26,2 %	3,1 %	12,3 %
Valparaíso	43,0 %	34,3%	4,8 %	10,5 %

Fonte: Seplan/Sepin

Os dados apresentados nas tabelas acima, em relação à taxa de crescimento demográfico e à sua variação entre os anos de 2000 e 2007, bem como a das rendas por domicílio, no ano de 2000, no que diz respeito a alguns municípios goianos da região do Entorno de Brasília, demonstram a seguinte realidade:

a) a alta variação da taxa de crescimento populacional em cidades com elevados índices de criminalidade demonstra um movimento deliberado de migração da marginalidade para essas cidades.
b) forte crescimento populacional com má distribuição de renda é um fator explicativo do alto índice de criminalidade na região do Entorno de Brasília.
c) quanto maior a renda média por domicílio, nos municípios da região do entorno, maior a taxa de crescimento demográfico.
d) as cidades que apresentam maior crescimento populacional são as que oferecem maiores oportunidades de emprego e renda.

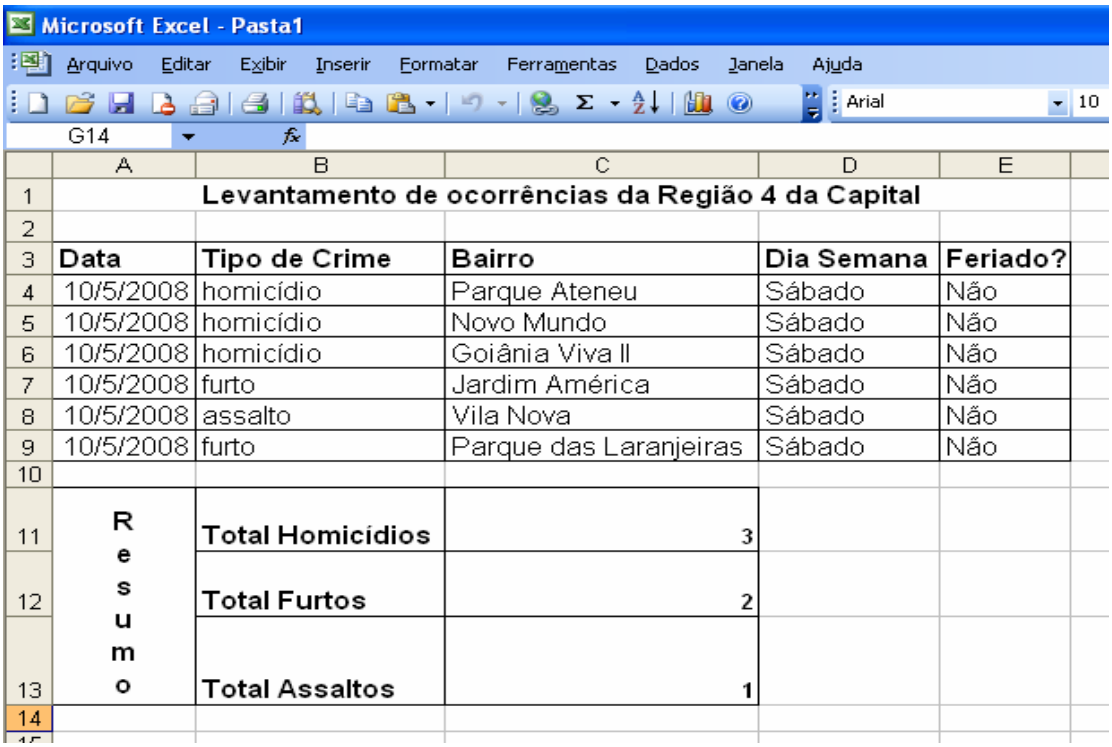
QUESTÃO 16

O processo de edição de textos digitais por vezes exige que o usuário complemente-o com informações obtidas da Internet. Ao copiar o conteúdo de uma página web, a partir do navegador Firefox 3.0, para inseri-lo em um arquivo do Microsoft Word 2003, o documento gerado pode conter formatação que dificulte o processo de edição. Para evitar esse problema o usuário tem como alternativa viável:

a) escolher, no editor de textos, a opção Colar Especial, optando por um texto sem formatação, por exemplo.
b) escolher, no navegador, a opção Copiar Especial, indicando o editor de textos onde pretende inserir.
c) no editor de textos, escolher a opção formatar especial, após selecionar o texto colado.
d) no navegador, salvar o arquivo em formato html para então escolher a opção Inserir Documento no editor de textos.

QUESTÃO 17

Supondo-se que um escrivão interessado em avaliar o cenário estatístico de crimes durante o seu plantão tenha criado a planilha abaixo.



Microsoft Excel - Pasta1

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Ferramentas Dados Janela Ajuda

G14

	A	B	C	D	E
1	Levantamento de ocorrências da Região 4 da Capital				
2					
3	Data	Tipo de Crime	Bairro	Dia Semana	Feriado?
4	10/5/2008	homicídio	Parque Ateneu	Sábado	Não
5	10/5/2008	homicídio	Novo Mundo	Sábado	Não
6	10/5/2008	homicídio	Goiânia Viva II	Sábado	Não
7	10/5/2008	furto	Jardim América	Sábado	Não
8	10/5/2008	assalto	Vila Nova	Sábado	Não
9	10/5/2008	furto	Parque das Laranjeiras	Sábado	Não
10					
11	Resumo	Total Homicídios	3		
12		Total Furtos	2		
13		Total Assaltos	1		
14					

Nas células C11, C12 e C13 apresentam-se os totais de homicídios, furtos e assaltos, respectivamente. Para obter o número de ocorrência de homicídios indicados na Célula C11, o escrivão aplicou a seguinte fórmula:

a) =SOMA.SE(B4:B9;"homicídio")
b) =PROCV(B4:B9;"homicídio")
c) =CONT.SE(B4:B9;"homicídio")
d) =CONT.NÚM(B4:B9;"homicídio")

QUESTÃO 18

As teclas de atalho favorecem significativamente o aumento de produtividade de sistemas computacionais como editores de textos, planilhas eletrônicas, entre outros. O Microsoft Word 2003, em sua configuração padrão, possibilita ao usuário criar suas próprias teclas de atalhos, além das previamente definidas. Isso pode ser feito a partir do Menu:

a) Exibir, submenu Painel de Tarefas e botão Teclado.
b) Formatar, submenu Configurações Regionais e de Idioma.
c) Janela, submenu Opções, guia Barra de Ferramentas e botão Teclado e Idiomas.
d) Ferramentas, submenu Personalizar, guia Barra de Ferramentas e botão Teclado.

QUESTÃO 19

A correta configuração de um teclado é um requisito importante para obter-se produtividade na elaboração de textos. Considerando-se que existem inúmeros modelos de teclados, para elaborar mais produtivamente textos em português o usuário deve:

a) adquirir um modelo que dê mais facilidade para produzir os caracteres utilizados na língua e configurá-lo a um padrão brasileiro, como o ABNT.
b) adquirir qualquer modelo de teclado; eles podem ser configurados para o português nos padrões ABNT ou ABNT 2 e produzir texto com todos os caracteres do português.
c) adquirir qualquer teclado, pois devido ao fato de todos eles serem direcionados somente para a língua inglesa, o modelo não impacta na produtividade.
d) ao adquirir um teclado, verificar se ele é capaz de gerar todos os caracteres da língua; os teclados não permitem alteração do conteúdo produzido por suas teclas.

QUESTÃO 20

Mecanismos de buscas são muito úteis no processo de pesquisa na web. Atualmente esses mecanismos se consolidaram como ferramentas básicas para o internauta, como os do google e yahoo, que são capazes de

a) selecionar conteúdos confiáveis quando o critério de busca utilizar frases inteiras entre aspas.
b) buscar conteúdos em idiomas diversos e traduzi-los com precisão devido ao uso de seus amplos dicionários.
c) consultar conteúdos na web e retornar resultados para diversificados formatos, tais como documentos de textos e apresentações.
d) buscar por programas para download verificando a sua confiabilidade em relação a conteúdo e programas maliciosos, quando o texto pesquisado estiver entre parênteses.

QUESTÃO 21

Sobre a ilicitude no direito penal, é CORRETO afirmar:

a) a relação de contrariedade entre a conduta do agente e a norma caracteriza a ilicitude formal, já a lesão ou a exposição a perigo de lesão de um bem juridicamente tutelado define a ilicitude material.
b) a tipicidade, segundo a maioria da doutrina, é a *ratio cognoscendi* da ilicitude, havendo a fusão entre o fato típico e a ilicitude.
c) é prescindível ao reconhecimento da legítima defesa saber o agente que atuava amparado por ela.
d) o consentimento do ofendido não pode ser considerado causa supralegal de exclusão da ilicitude.

QUESTÃO 22

Não admitem a tentativa:

a) os crimes omissivos impróprios.
b) os crimes plurissubsistentes.
c) os crimes complexos.
d) os crimes de atentado.

QUESTÃO 23

Aquele que pratica relações sexuais com uma mulher que sofre de doença mental, e não sabe em absoluto ser essa conduta proibida, atua em:

a) erro sobre a pessoa.
b) erro de tipo inevitável.
c) erro de proibição indireto.
d) erro de proibição direto.

QUESTÃO 24

Sobre o concurso de pessoas, é CORRETO afirmar:

a) a teoria funcional do fato se fundamenta no princípio da divisão de tarefas, só podendo interessar como co-autor quem detenha o domínio funcional do fato; portanto, autor seria aquele que decide o *se*, o *como* e o *quando* da infração penal.
b) a pluralidade de agentes e de condutas, a relevância causal de cada conduta, o liame subjetivo entre os agentes e a diversidade de infrações são requisitos do concurso de pessoas.
c) é exemplo de autoria mediata o fato de A e B atirarem em C, com o fim de provocar sua morte, de modo concomitante e um ignorando a ação do outro.
d) é perfeitamente admissível, segundo a maioria da doutrina, a participação dolosa em crime culposo.

QUESTÃO 25

[A] dá entrada no hospital com o diagnóstico de início de abortamento em razão de uma queda sofrida em casa. Devidamente socorrida e levada à unidade de saúde, o médico plantonista do hospital municipal, sabendo da situação de risco para o feto, não presta o socorro devido, ocorrendo, por este motivo, a interrupção da gravidez e o perecimento do feto. O médico, com esta conduta, poderá ser responsabilizado pela prática de:

a) crime de homicídio, porquanto tinha ciência do risco para o feto.
b) lesão corporal gravíssima, pois, ao não atender a gestante, deu causa ao abortamento.
c) crime de aborto, uma vez que teria o dever jurídico de impedir o resultado e se omitiu em prestar a assistência necessária.
d) não responderá por nenhum crime, tratando-se de um irrelevante penal, porquanto não se admite, na hipótese, a prática do crime na forma omissiva.

QUESTÃO 26

Sobre as contravenções penais, é CORRETO afirmar:

a) as causas excludentes da ilicitude e da culpabilidade não se aplicam às contravenções penais.
b) a contravenção de importunação ofensiva ao pudor distingue-se da perturbação da tranqüilidade, porque nesta não se admite a tentativa.
c) a contravenção penal de porte de arma descrita no art. 19 da LCP (Lei de Contravenções Penais) foi ab-rogada em razão da aprovação do Estatuto do Desarmamento.
d) a distinção entre crime e contravenção reside, entre nós, na natureza da pena cominada, sem qualquer outra referência à qualidade ou à quantidade do conteúdo ofensivo, mas deixando entrever que ambos os critérios devem nortear o legislador no momento pré-legislativo.

QUESTÃO 27

Não constitui crime de abuso de autoridade

a) prolongar a execução de prisão temporária, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade.
b) cumprir mandado de prisão expedido por juiz de outra jurisdição sem o "cumpra-se" do juiz deprecado.
c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
d) deixar o juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.

QUESTÃO 28

Quanto ao crime de quadrilha ou bando, é CORRETO afirmar:

a) tem por objetividade jurídica a paz pública, cuidando-se de verdadeira antecipação de proteção de bens jurídicos, de modo que, com a conduta praticada pelo agente, indiretamente está se protegendo, também, os demais bens jurídicos tutelados por cada um dos crimes que podem ser cometidos pelo autor.
b) a consumação ocorre no momento associativo, ou seja, na oportunidade e no lugar em que os agentes se reúnem, concertam suas vontades ou em que se ingressa na quadrilha já existente, admitindo-se a tentativa.
c) classifica-se como crime de concurso necessário, uma vez que se exige, para seu aperfeiçoamento, a presença de pelo menos três pessoas com a finalidade de cometer crimes ou contravenções penais.
d) à configuração do crime de quadrilha necessário se faz que seus componentes se conheçam e se reconheçam mutuamente, pressupondo a existência de um líder.

QUESTÃO 29

Sobre a ação penal, é CORRETO afirmar:

a) a imparcialidade do juiz é considerada condição genérica da ação penal.
b) o princípio da indivisibilidade é aplicável à ação penal pública e à ação penal privada.
c) a ação penal privada personalíssima pode ser exercida pelo ofendido, seu representante legal ou por curador com poderes especiais.
d) não cabe ação penal privada subsidiária da pública quando o Ministério Público, não tendo ficado inerte, haja requerido, no prazo legal, o arquivamento do inquérito policial.

QUESTÃO 30

Sobre a queixa, é CORRETO afirmar:

a) a renúncia ao direito de queixa é ato unilateral, prescindindo da aceitação do querelado.
b) é a petição inicial do processo penal condenatório, em crimes de ação penal pública.
c) é a notícia encaminhada à autoridade policial, em crime de ação penal privada.
d) será rejeitada se não acompanhada da apresentação do rol de testemunhas.

QUESTÃO 31

Sobre as prisões, é CORRETO afirmar:

a) a prisão temporária não pode ser decretada antes do interrogatório policial do indiciado.
b) o delegado de polícia pode expedir ordem de prisão cautelar, em caso de urgência, para assegurar a ordem pública.
c) o juiz poderá decretar a prisão preventiva independentemente de requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou de representação da autoridade policial.
d) o limite de manutenção da prisão preventiva é de trinta dias, podendo ser prorrogado, no máximo, por igual período.

QUESTÃO 32

Sobre a fiança, é CORRETO afirmar:

a) não será concedida nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for superior a dois anos.
b) o promotor de justiça, nas hipóteses de crimes punidos com detenção, tem atribuição para conceder fiança, desde que a ação penal não seja instaurada com base em inquérito policial.
c) poderá ser concedida nos crimes punidos com reclusão que tenham sido cometidos com violência ou grave ameaça contra pessoas.
d) só poderá ser concedida pelo juiz de direito.

QUESTÃO 33

É caso de liberdade provisória quando

a) o indiciado ou réu confessar a prática do crime.
b) o indiciado ou réu demonstrar trabalho lícito ou residência fixa.
c) o indiciado ou réu for menor de vinte e um anos ou maior de setenta anos e demonstrar bons antecedentes.
d) o magistrado verificar, pelo auto de prisão em flagrante, a inocorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva.

QUESTÃO 34

Sobre as citações e intimações, é CORRETO afirmar:

a) se o réu, citado por edital, não comparecer, nem constituir defensor, deve ser declarado revel e a ação deve prosseguir com defensor nomeado pelo juiz.
b) é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a jurisdição.
c) se o réu estiver no estrangeiro, em local sabido, a sua citação será feita por carta precatória, suspendendo-se o curso do prazo prescricional até o seu cumprimento.
d) no procedimento comum ordinário, via de regra e em face do princípio da celeridade, a citação far-se-á por via postal, com aviso de recebimento (AR), quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.

QUESTÃO 35

Sobre o procedimento comum ordinário, é CORRETO afirmar:

a) oferecida a denúncia, o juiz, em caso de sua não rejeição liminar, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para interrogatório.
b) o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar a existência manifesta de causa excludente de culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade.
c) ao final da audiência de instrução e julgamento, produzidas as provas, poderão ser requeridas diligências pelo Ministério Público e pelo acusado, mas o magistrado não poderá determiná-las de ofício.
d) após o interrogatório, o acusado será intimado para apresentar resposta à acusação, em que poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas e arrolar testemunhas.

QUESTÃO 36

Sobre os recursos, é CORRETO afirmar:

a) da decisão que recebe a denúncia ou queixa cabe recurso em sentido estrito.
b) o Ministério Público não possui legitimidade para recorrer em benefício do réu.
c) a renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem assistência de seu defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta.
d) o efeito regressivo do recurso consiste na devolução da matéria impugnada, para reexame, ao próprio órgão jurisdicional que prolatou a decisão recorrida.

QUESTÃO 37

O princípio que determina que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões é:

a) legalidade
b) motivo
c) motivação
d) razoabilidade

QUESTÃO 38

O Estado pode desempenhar atividades administrativas ora por meio de particulares, ora por meio de criação de pessoas auxiliares. Na organização da Administração Pública, a presente situação é chamada de:

a) desconcentração
b) descentralização
c) centralização
d) hierarquia

QUESTÃO 39

Acerca do cargo em comissão, é CORRETO afirmar:

a) a exoneração de pessoa que ocupa o cargo em comissão somente pode ocorrer após regular processo administrativo.
b) a autoridade nomeante escolhe, por ato administrativo, os cargos que serão providos em comissão.
c) os cargos em comissão são criados por lei.
d) o provimento ocorre por meio de concurso público, diante da exigência constitucional.

QUESTÃO 40

Quanto ao poder de polícia da Administração Pública, é CORRETO afirmar:

a) a administração indireta pode exercer o poder de polícia por delegação.
b) a imposição coercitiva do poder de polícia é dependente de prévia autorização judicial.
c) as atividades típicas do poder de polícia estão fora do controle pelo Poder Judiciário.
d) não há distinção entre polícia administrativa e polícia judiciária.

QUESTÃO 41

O vício do desvio de poder no ato administrativo ocorre:

a) em todas as situações em que o agente pratica o ato sem competência.
b) na situação em que o agente atua fora dos limites de sua competência.
c) nos casos em que o agente pratica o ato buscando alcançar fim diverso daquele previsto na lei.
d) quando a pessoa que pratica o ato não foi investida no cargo.

QUESTÃO 42

Conforme tradicional doutrina, a autorização como uma das formas de descentralização dos serviços públicos tem por característica:

a) revogação por meio de processo administrativo
b) celebração de contrato
c) exigência de licitação
d) precariedade

QUESTÃO 43

No controle que a própria Administração exerce sobre sua atuação administrativa, a declaração de nulidade do ato administrativo opera efeitos

a) retroativos, sem desfazer as relações dele resultantes.
b) retroativos, desfazendo as relações dele resultantes.
c) a partir da declaração de nulidade.
d) a partir da data a ser apontada pela administração no ato que declarar a nulidade.

QUESTÃO 44

Sobre direitos e garantias fundamentais, é CORRETO afirmar:

a) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
b) o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em regulamento.
c) a prisão de qualquer pessoa e seu estado físico e mental serão comunicados imediatamente ao juiz competente ou à família do preso.
d) a prisão ilegal será imediatamente relaxada por requisição do Ministério Público, dada sua função de controle externo da atividade policial.

QUESTÃO 45

Ainda sobre os direitos e garantias fundamentais, é CORRETO afirmar:

a) a regra da intranscendência da pena não veda que a obrigação de reparar o dano e o perdimento de bens seja transferida aos sucessores e contra eles executada, na totalidade do dano.
b) a pena será cumprida em estabelecimentos idênticos para todos os apenados, em respeito à impessoalidade e à isonomia.
c) é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
d) conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado no exercício de direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou privada no exercício de atribuição pública.

QUESTÃO 46

Constituem atribuições do presidente da República:

a) prover os cargos públicos federais, em caráter indelegável.
b) exercer, exclusivamente, a direção superior da administração federal.
c) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir resoluções para sua fiel execução.
d) dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, e sobre extinção de cargos públicos vagos.

QUESTÃO 47

Constituem crimes de responsabilidade do presidente da República atos que atentem contra:

a) a existência das unidades federadas.
b) a improbidade na administração.
c) o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
d) o livre exercício do Poder Executivo da União.

QUESTÃO 48

Em matéria de segurança pública, é CORRETO afirmar:

a) os municípios poderão instituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
b) as polícias militares, os corpos de bombeiros militares e as polícias civis subordinam-se ao Exército, de quem são força auxiliar e reserva.
c) as polícias civis dos estados e do Distrito Federal são dirigidas por delegados de polícia nomeados em comissão.
d) a remuneração dos servidores policiais é feita na forma de salário.

QUESTÃO 49

A segurança pública

a) é atribuição da Polícia Federal, que deve exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da República.
b) é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos.
c) é exercida para a preservação da ordem privada e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
d) pode compreender outros órgãos além dos previstos constitucionalmente, em razão das peculiaridades do ente federado.

QUESTÃO 50

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

a) universalização progressiva do ensino médio pago.
b) oferta de ensino regular no período noturno e na madrugada.
c) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças com até 6 anos de idade.
d) ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

PROVA DISCURSIVA

É consenso entre os brasileiros que o país possui uma morosa teia burocrática. Também é consenso que há uma íntima relação entre o excesso de burocracia e as práticas ilegais. Sobre esse assunto, será apresentado abaixo um tema que você deverá desenvolver em uma proposta de construção textual na modalidade DISSERTATIVA. Para ajudá-lo nessa tarefa, a proposta está acompanhada de textos a partir dos quais será avaliada sua capacidade de leitura e de tratamento das informações e idéias apresentadas.

TEMA

Burocracia e corrupção caminham lado a lado na administração pública brasileira?

DISSERTAÇÃO

TEXTO 1

Inicio apresentando duas definições do termo "burocracia": 1) "sistema administrativo baseado na organização em serviços e na divisão de tarefas, que privilegia as funções hierárquicas de maneira a dispor de uma grande quantidade de trabalho de uma forma rotineira"; 2) "influência abusiva da administração, impedindo o prosseguimento de uma ação com procedimentos oficiais desnecessários". Este último, obviamente, um conceito que invadiu o senso comum, o qual aplica à palavra uma conotação fortemente depreciativa. Fugindo deste campo prático, pesquisas científicas revelam-nos países que aplicaram bem o conceito de burocracia – dentre eles, alguns situados na Europa – tendo-se posteriormente traduzido em aumentos significativos de riqueza pela via conseqüente em que ele se materializa: ganhos de produtividade, incentivo ao investimento, fortalecimento das áreas de investigação e desenvolvimento, para citarmos alguns deles. Por outro lado, países de raiz latina – incluindo o Brasil – enfrentam variados problemas de ordem econômica cuja causa é quase sempre atribuída ao funcionamento de um sistema burocrático mal administrado, na maioria das vezes por questões histórico-culturais como pano de fundo.

ALBUQUERQUE, Fábio Henrique Ferreira de. Quando a burocracia é "burrocrática". Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis. Disponível em: <http//www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosP...>. Acesso em: 5 dez. 2007. (Adaptado).

TEXTO 2

Segundo o advogado João Geraldo Piquet Carneiro, presidente de uma organização cujo objetivo é propor iniciativas para ampliar a eficiência da administração pública e reduzir a interferência excessiva do governo na vida dos cidadãos e das empresas, cada dia mais as pessoas e as empresas se vêem obrigadas a emitir constantemente uma papelada para dizer que não devem nada ao estado. O governo mantém um mar de funcionários só para examinar esses papéis. Perante tantas e tão complexas exigências (burocráticas), as pessoas preferem contorná-las mediante algum artifício (às vezes, corrupto). Veja o caso de uma obra pública. As brechas para a corrupção começam no próprio edital de licitação. Aí vem a fiscalização da obra. A pessoa vai medir o projeto no meio da Floresta Amazônica e descobre que faltam 50 metros. Aparece aí outra oportunidade para o jeitinho "brasileiro". Depois vem a liberação do recurso, outro momento. Em um único processo há várias possibilidades e incentivos à corrupção. O governo não se autofiscaliza e não se deixa fiscalizar. Mas faz isso com o contribuinte, que não tem meios para fiscalizar o estado. A burocracia nesse sentido viola um direito intrínseco da cidadania. O cidadão tem direito de ser bem tratado. A burocracia se torna então perversa e antidemocrática.

BORSATO, Cíntia. Menor e melhor. Entrevista com João Geraldo Piquet Carneiro. *Veja*. São Paulo, 12 set. 2007. p. 11-15. (Adaptado).

TEXTO 3

Há quem diga que o problema do Brasil é não ter burocracia suficiente. Mas existe um nível "bom" de burocracia? De modo geral, a burocracia, processo de administração de uma entidade, não é ruim por si só. Como todo processo, ele toma tempo que *a priori* seria mais bem empregado no produto em si, mas todos concordam que processos e controles são necessários para sairmos da forma tribal de conduzir as coisas. Nesse sentido, o Brasil é um país que precisa mesmo de mais burocracia, pois claramente há "vazamentos" em todos os processos, tanto no governo como nas empresas privadas.

PFÜTZENREUTER, Elvis. Burocracia brasileira. Disponível em: <http://www.epx.com.br/personal_blog/2006/03/fantasia-coletivas-i.html>. Acesso em: 5 dez. 2007. (Adaptado).

Como se pode notar, os textos da coletânea apresentam opiniões diversas sobre a relação entre burocracia e corrupção na administração pública. Certamente, você também tem uma opinião sobre essa questão. **Assim, com base na leitura da coletânea e em outras informações de que você dispõe sobre o assunto, escreva um texto DISSERTATIVO, no qual exponha suas idéias acerca do tema proposto nesta prova.**

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questão	Alternativas			
1	a	b	c	d
2	a	b	c	d
3	a	b	c	d
4	a	b	c	d
5	a	b	c	d
6	a	b	c	d
7	a	b	c	d
8	a	b	c	d
9	a	b	c	d
10	a	b	c	d
11	a	b	c	d
12	a	b	c	d
13	a	b	c	d
14	a	b	c	d
15	a	b	c	d
16	a	b	c	d
17	a	b	c	d
18	a	b	c	d
19	a	b	c	d
20	a	b	c	d
21	a	b	c	d
22	a	b	c	d
23	a	b	c	d
24	a	b	c	d
25	a	b	c	d
26	a	b	c	d
27	a	b	c	d
28	a	b	c	d
29	a	b	c	d
30	a	b	c	d
31	a	b	c	d
32	a	b	c	d
33	a	b	c	d
34	a	b	c	d
35	a	b	c	d
36	a	b	c	d
37	a	b	c	d
38	a	b	c	d
39	a	b	c	d
40	a	b	c	d
41	a	b	c	d
42	a	b	c	d
43	a	b	c	d
44	a	b	c	d
45	a	b	c	d
46	a	b	c	d
47	a	b	c	d
48	a	b	c	d
49	a	b	c	d
50	a	b	c	d

Folha de Rascunho da Redação